




RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL
SOBRE O RELATÓRIO DE GESTÃO E AS CONTAS DE 2018
DOCAPESCA – PORTOS E LOTAS, S.A.

1. ENQUADRAMENTO

Em cumprimento das disposições legais e estatutárias aplicáveis, cumpre ao Conselho Fiscal (CF) da DOCAPESCA – Portos e Lotas, S.A., (DOCAPESCA) dar parecer sobre o Relatório de Gestão e as Contas (R&C) e sobre o Relatório de Governo Societário (RGS). Para o efeito, a DOCAPESCA apresentou o R&C e o RGS de 2018, aprovados pelo Conselho de Administração (CA) a 18 de março de 2019, de acordo com as orientações emitidas pela Direção-Geral do Tesouro e Finanças, através do ofício circular n.º 1116, de 12 de março de 2019, e com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística (SNC).

Nos termos dos Estatutos, aprovados em Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, o órgão de fiscalização da DOCAPESCA é composto por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas (SROC) que não é membro daquele órgão, adotando o modelo previsto na alínea b) do n.º 1 do artigo 413.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC).

No âmbito das suas competências, o CF encetou o procedimento de seleção para a contratação do Revisor Oficial de Contas (ROC) para o triénio 2018-2020. Tal procedimento ficou concluído a 14 de agosto de 2018, tendo o CF deliberado, conforme exarado em ata daquela data, propor a nomeação de ROC ao Acionista.

Nesta sequência, por Deliberação Social Unânime por Escrito (DUE) de 10 de dezembro de 2018, foi designada a Sociedade BDO & Associados, SROC, Lda, para a prestação de serviços de auditoria e certificação legal das contas, tendo sido designada a Sociedade Alves da Cunha, A. Dias & Associados, SROC, Lda, como suplente, nos termos propostos pelo CF.

As Demonstrações Financeiras da DOCAPESCA de 2018 contemplam o Balanço, a Demonstração de Resultados por Natureza, a Demonstração das Alterações no Capital Próprio e a Demonstração de Fluxos de Caixa, em 31 de dezembro de 2018, tendo sido auditadas pela BDO & Associados, SROC, Lda, que emitiu a Certificação Legal das Contas em 22 de março de 2019, que faz parte integrante do presente relatório.

2. ATIVIDADE FISCALIZADORA DESENVOLVIDA PELO CONSELHO FISCAL

O CF, nomeado em junho de 2018, no âmbito das suas competências, acompanhou de forma regular a gestão da sociedade e a atividade desenvolvida.

Para o efeito, foi solicitada toda a documentação julgada como conveniente e adequada ao bom entendimento das operações, tendo sido obtidos todos os esclarecimentos necessários junto do CA e dos principais responsáveis da Empresa.

O CF atuou em conformidade com o n.º 2 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC), procedendo à fiscalização do processo de revisão de contas, tendo realizado reuniões de trabalho com



o ROC e mantido contacto permanente com este no decurso dos trabalhos.

Em síntese, as atividades mais relevantes desenvolvidas pelo CF, no exercício de 2018, foram as seguintes:

Junho	<ul style="list-style-type: none"> > Preparação do procedimento de seleção do ROC; > Elaboração do Regulamento do CF; > Reunião com o CA e responsáveis da DOCAPESCA, para apresentação da Empresa e do CF;
Julho	<ul style="list-style-type: none"> > Conclusão e aprovação das cartas convite a endereçar às Entidades no âmbito do processo de seleção do ROC; > Conclusão e aprovação do Regulamento do CF; > Participação, a convite do CA, na sessão de apresentação da Campanha de Promoção do Carapau;
Agosto	<ul style="list-style-type: none"> > Análise das propostas rececionadas no âmbito do processo de seleção do ROC; > Entrevistas com os responsáveis máximos das 2 SROC melhor classificadas; > Conclusão do processo de seleção do ROC, que culminou com a elaboração do relatório final e envio da proposta de nomeação ao Acionista;
Setembro	<ul style="list-style-type: none"> > Emissão de parecer, sobre aquisição de prestação de serviço de fornecimento de energia elétrica em média tensão e baixa tensão especial para 2019 pela Empresa, pelo preço base de € 1.850.000; > Emissão de parecer sobre o PAO 2018;
Outubro	<ul style="list-style-type: none"> > Reunião de trabalho com a Presidente e o Vogal Eng.º Faias., tendo sido abordados aspetos relacionados com a participação/aquisição de unidades de participação no projeto "SmartOcean"; ativos do ex-IPTM,IP; funcionamento e organização da Empresa;
Novembro	<ul style="list-style-type: none"> > Emissão de parecer sobre o projeto "SmartOcean"; > Apreciação preliminar das orientações do Acionista sobre os IPG 2019; > Solicitação de elementos de suporte para a apreciação do <i>draft</i> PAO 2019;
Dezembro	<ul style="list-style-type: none"> > Análise dos IPG 2019 e emissão de parecer ao PAO 2019.

3. APRECIAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO E DA SITUAÇÃO ECONÓMICO FINANCEIRA

Em 2018, foram transacionadas nas diversas lotas da DOCAPESCA, 100 mil toneladas de pescado, correspondendo a 206 M€ de valor de venda de pescado, representando um preço médio de 2,06€, superando os valores atingidos no ano transato¹.

Refira-se que, a Empresa apenas reconhece na demonstração dos resultados os rendimentos relativos à primeira venda de pescado que resultam da aplicação de taxas sobre o valor do pescado transacionado, a liquidar, em partes definidas por diploma², pelos armadores/pescadores e compradores.

DESEMPENHO FINANCEIRO

De forma a verificar o desempenho financeiro da DOCAPESCA, apreciou-se a evolução das principais rubricas de rendimentos, gastos e respetivos resultados alcançados no período de 2018 face a 2017, bem com o comportamento dos principais indicadores.

Em síntese, em 2018, o desempenho financeiro da DOCAPESCA é o que se apresenta:

¹ Em 2017, foram transacionadas 96 mil toneladas de pescado, no montante de 196 M€, representando um preço médio de 2,04€.

² Fixadas pelas Portarias n.º 251/2008, de 4 de abril e n.º 495/2008, de 23 de junho.


Quadro 1 - Demonstração de desempenho financeiro e indicadores

Unidade: 10³ euros

RENDIMENTOS, GASTOS E RESULTADOS	2018	2017	Δ 18/17	
			Valor	(%)
Rendimentos operacionais	27 126	25 898	1 227	4,7%
Vendas e Serviços Prestados	27 101	25 707	1 394	5,4%
Subsídios à exploração	25	192	-167	-87,1%
Variação nos inventários da produção	0	0	0	35,4%
Gastos operacionais	-21 188	-21 077	-110	-0,5%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-724	-1 045	321	30,7%
Fornecimentos e serviços externos	-8 331	-8 570	240	2,8%
Gastos com o pessoal	-12 133	-11 462	-671	-5,9%
Outros rendimentos e gastos	-220	783	-1 004	-128,1%
Imparidades	-371	-176	-195	-111,1%
Provisões	0	0	0	n.a.
Outros rendimentos	2 407	2 346	61	2,6%
Outros gastos	-2 256	-1 387	-869	-62,7%
Resultados			0	n.a.
EBITDA	5 718	5 605	113	2,0%
Amortizações, depreciações e reversões	-3 525	-3 625	100	2,8%
EBIT	2 193	1 980	213	10,8%
Resultado financeiro	7	-5	13	233,9%
Resultado antes de impostos	2 200	1 975	226	11,4%
Impostos	-636	-441	-196	-44,4%
Resultado líquido	1 564	1 534	30	2,0%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Em 2018, o resultado líquido apurado cifrou-se em 1 564 milhares de euros, traduzindo um incremento de 30 milhares de euros (+2,0%) face a 2017 (1 534 milhares de euros). Tal desempenho ficou a dever-se, essencialmente, à melhoria dos rendimentos operacionais em 1 227 milhares de euros (+4,7%) em resultado do aumento das vendas e serviços prestados em 1 394 milhares de euros (+5,4%).

A rubrica vendas e serviços prestados inclui 887 milhares de euros referente à faturação emitida ao Município de Lagos de 2014 a 2018, pela concessão do parque de estacionamento.

Por seu turno, os gastos operacionais atingiram 21 188 milhares de euros, agravando-se em 110 milhares de euros, face a 2017, em resultado do aumento dos gastos com o pessoal em 671 milhares de euros, que não foram acomodados pela redução verificada, nos custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas no valor de 321 milhares de euros e no fornecimento e serviços externos no montante de 240 milhares de euros.

A rubrica outros rendimentos e gastos atingiu o valor negativo de 220 milhares de euros, registando uma diminuição de 1 004 milhares de euros (-128,1%) em relação a 2017, por via do aumento das imparidades em 195 milhares de euros e dos outros gastos em 869 milhares de euros.

A rubrica outros gastos no montante de 2 256 milhares de euros incorpora o montante de 883 milhares de euros correspondente a despesas com a manutenção da área sob jurisdição da DOCAPESCA, referentes ao período de 2014 a 2018, que foram apresentadas pelo Município de Lagos e aceites pela Empresa.

Em resultado do comportamento das anteditas rubricas, o EBITDA e EBIT atingiram, em 2018,



5 718 milhares de euros e 2 193 milhares de euros, respetivamente, representando um crescimento de 2,0% e 10,8%, respetivamente, em relação a 2017.

POSIÇÃO FINANCEIRA

Quanto à posição financeira da DOCAPESCA, importa salientar que, em 31 de dezembro de 2018, o processo de integração do extinto Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IPTM, I.P. (IPTM) ainda se encontrava em curso³.

Sublinhe-se que, entre 2016 e 2018, a Empresa efetuou a integração dos bens patrimoniais inerentes às viaturas, embarcações e equipamento de movimentação portuária, porém os restantes bens patrimoniais e dominiais carecem ainda de inventariação e avaliação por parte de entidade externa, nos termos do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, desconhecendo-se, no final de 2018, o impacto que tal possa ter nas demonstrações financeiras.

Sobre esta matéria, em resultado das diligências promovidas junto do Acionista, a DOCAPESCA declarou estar em condições para ser ela própria a desencadear o processo de contratação pública de avaliadores externos, encontrando-se a aguardar que seja formalmente autorizada para dar início ao processo de avaliação dos bens em apreço.

A 31 de dezembro de 2018, a DOCAPESCA evidenciava um ativo total de 38 277 336 euros, passivo total de 21 824 422 euros e um capital próprio de 16 452 914 euros.

Ao nível do capital próprio, destaca-se o aumento ocorrido, em 2018, no montante de 1 294 milhares de euros (8,5%), em resultado da transferência para resultados transitados do resultado alcançado em 2017 no montante de 1 534 milhares de euros.

No final de 2018, estavam constituídas provisões no montante de 1 953 milhares de euros, sendo que, 1 391 milhares de euros respeitavam à melhor estimativa da Empresa, com fluxo de recursos que espera incorrer com os processos judiciais que transitaram do ex-IPTM e 402 milhares de euros para fazer face a riscos e encargos (348 milhares de euros para pagamento de IMI e 54 milhares de euros para cobertura do sinistro ocorrido com o *Travel Lift* de Portimão).

Em termos de fluxos financeiros, em 2018, o *cash flow* gerado pelas atividades operacionais no montante de 6 271 milhares de euros, foi suficiente para fazer face aos exfluxos resultantes das atividades de investimento e de financiamento nos montantes de 3 073 milhares de euros e 8 milhares de euros, respetivamente, tendo resultado um excedente de caixa e seus equivalentes no montante de 3 190 milhares de euros.

INVESTIMENTO

Em 2018, a DOCAPESCA realizou investimentos no total de 4 243 milhares de euros, do qual 2 997 milhares de euros de natureza específica. Tais níveis de execução ficaram 44,6% abaixo do total de investimento previsto para 2018⁴.

³ O n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, estipula o prazo de 18 meses, após entrada em vigor do diploma, para identificação e avaliação de bens e direitos transmitidos do ex-IPTM.

⁴ A execução dos investimentos específicos e correntes, ficou abaixo do previsto em -48,4% e -32,6%, respetivamente.



4. CUMPRIMENTO DAS DISPOSIÇÕES LEGAIS E DAS ORIENTAÇÕES DO ACIONISTA

Objetivos de Gestão e Plano de Atividades e Orçamento (PAO)

Apesar de não terem sido celebrados contratos de gestão para o ano de 2018, o CA regeu a sua atividade pelo PAO 2018. Tendo como referência os indicadores propostos pela DOCAPESCA à Tutela para a celebração dos anteditos contratos, de acordo com a informação constante do R&C, a Empresa indica ter cumprido os objetivos definidos conforme consta do quadro seguinte:

EIXO/ OBJETIVO	Peso objetivo	Objetivos de gestão 2018			
		Proposto	Executado	Execução (%)	Execução ponderada (%)
Indicadores financeiros	50%				51,3%
Eixo 4	Volume de negócios ¹ (€)	26 644 988	27 101 015	101,7%	10,2%
	Peso dos CMVMC+FSE+GcP no Volume de negócios (€)	79,8%	74,6%	106,5%	10,6%
	PMP (dias)	34	33	102,9%	15,4%
	Resultado Líquido (€)	1 558 059	1 564 214	100,4%	15,1%
Indicadores de atividade	50%				59,7%
Eixo 1	Desenvolvimento sustentável e inovação	100%	119%	119,0%	23,8%
Eixo 2	Modernização, qualidade e segurança	100%	113%	113,0%	17,0%
Eixo 3	Desempenho organizacional	100%	139%	139,0%	13,9%
Objetivo 13	Promover a gestão ocnjunta com os municípios	100%	100%	100,0%	5,0%
Total	100%				111,0%

¹Volume de negócios= 71 vendas + 72 Prestação de Serviços.

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Gestão do Risco Financeiro

Em virtude da reduzida utilização do financiamento bancário registada nos últimos anos, os respetivos encargos financeiros têm vindo a ser decrescentes, ascendendo a 3 125 euros em 2018.

Limite de crescimento do endividamento

A DOCAPESCA não tem qualquer contrato de financiamento celebrado, dispondo apenas de um descoberto bancário em depósitos à ordem no montante de 1 250 mil euros no Millennium BCP, que não foi utilizado no ano de 2018, não sendo relevante o recurso a instrumentos de gestão de risco.

Prazo Médio de Pagamentos (PMP) e atrasos nos pagamentos

Em 2018, de acordo com a informação disponibilizada pela DOCAPESCA, o prazo médio de pagamentos situou-se nos 33 dias registando um acréscimo de 5 dias em relação ao verificado em 2017, não existindo naquele período dívidas a pagamento com prazo superior a 90 dias. Uma vez que o PMP se encontra abaixo de 45 dias, considera-se cumprido o estipulado na Resolução do Conselho de Ministros n.º 34/2008, de 22 de fevereiro.

Diligências tomadas e os resultados obtidos no âmbito do cumprimento das recomendações do acionista

Na Assembleia Geral de 5 de junho de 2018, foi recomendado ao CA que diligenciasse no sentido de:

- Dar cumprimento ao disposto no n.º 3 do artigo 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP), relativamente ao valor de combustível e portagens afeto mensalmente às viaturas de serviço;
- Dar cumprimento ao disposto no artigo 55.º da Lei do Orçamento de Estado (LOE) de 2018.

De acordo com a informação constante no R&C, a Empresa indica ter dado cumprimento às referidas



recomendações.

Remunerações

A DOCAPESCA evidencia ter dado cumprimento às orientações relativas às remunerações vigentes em 2018 para órgãos sociais e auditor externo.

Aplicação do disposto nos artigos 32.º e 33.º do Estatuto do Gestor Público (EGP)

A DOCAPESCA indica ter dado cumprimento ao disposto nos artigos 32.º e 33.º do EGP.

Realização de despesas não documentadas ou confidenciais

No exercício de 2018, a Empresa não apresentou qualquer tipo de despesa não documentada ou confidencial.

Relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens

A DOCAPESCA elaborou e divulgou o relatório sobre remunerações pagas a mulheres e homens, conforme determina o n.º 2 da Resolução do Conselho de Ministros n.º 18/2014, de 7 de março.

Relatório anual sobre prevenção de corrupção

A Empresa apresentou e divulgou o relatório anual sobre prevenção da corrupção conforme disposto no n.º 1 do artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de agosto, que estabelece o Regime Jurídico do Setor Público Empresarial (RJSPE).

Contratação pública

Em matéria de contratação pública, a DOCAPESCA indica ter aplicado o Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e subseqüentes alterações.

Sistema Nacional de Compras Públicas

A DOCAPESCA aderiu à ESPAP/ANCP, em 9 de agosto de 2012.

Eficiência operacional e plano de redução de custos (PRC)

De acordo com o n.º 3 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio (DLEO 2018), devem ser iguais ou inferiores aos montantes registados em 2017 os seguintes gastos operacionais:

- a) Com pessoal, corrigidos dos encargos decorrentes das indemnizações por rescisão, da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 28 de dezembro, e das valorizações remuneratórias nos termos do disposto na Lei do Orçamento do Estado;
- b) Conjunto dos encargos com deslocações, ajudas de custo e alojamento, e os associados à frota automóvel;
- c) Conjunto dos encargos com contratação de estudos, pareceres, projetos e consultoria.

A este nível, as anteditas rubricas apresentaram o comportamento que consta do quadro seguinte:



Quadro 2 – Plano de redução de custos

Unidade: euros

PRC	2018	2017	Δ 18/17 Valor	Δ 18/17 (%)
CMVMC	724 439	1 045 297	-320 859	-30,7%
FSE	8 317 003	8 570 101	-253 098	-3,0%
Gastos com o pessoal	12 146 170	11 461 846	684 323	6,0%
Indemnizações pagas por rescisão	211 500	190 000	21 500	11,3%
Valorizações remuneratórias nos termos da LOE 2018	712 587			
Impacto da aplicação do disposto no artigo 21.º da Lei n.º 42/2016, de 29/12		145 657	-145 657	-100,0%
Gastos com o Conselho Fiscal (a partir 5 de junho de 2018)	38 820		38 820	n.a.
Gastos com o pessoal (Corrigidos)	11 183 262	11 126 189	57 074	0,5%
Gastos operacionais (Corrigidos)	20 224 704	20 741 586	-516 883	-2,5%
Volume de negócios (VN)	27 101 015	25 706 976	1 394 040	5,4%
Subsídios à exploração	24 771	191 726	-166 955	-87,1%
Eficiência operacional (GO/VN)	74,6%	80,7%		-6,1 p.p.
Conjunto de gastos operacionais previstos nas alíneas b) e c) do n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018				
Deslocações e alojamento	23 838	18 417	5 421	29,4%
Ajudas de custo	19 584	15 237	4 347	28,5%
Gastos com a frota automóvel ¹	170 842	172 199	-1 358	-0,8%
Subtotal de gastos alínea b)	214 264	205 854	8 410	4,1%
Estudos e pareceres	6 255	4 160	2 095	50,4%
Projetos	86 682	23 926	62 756	262,3%
Consultoria	59 700	105 626	-45 926	-43,5%
Subtotal de gastos alínea c)	152 637	133 712	18 925	14,2%
Total de gastos alínea b) e c)	366 901	339 566	27 335	8,0%

¹Inclui rendas/amortizações, inspeções, seguros, portagens, combustível, manutenção, reparação, pneumáticos, taxas e impostos.

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Em termos de eficiência operacional, em 2018, aquele indicador situou-se nos 74,6% (80,7% em 2017) traduzindo uma diminuição do peso dos gastos operacionais no volume de negócios, representando uma melhoria de 6,1 p.p. face a 2017.

A DOCAPESCA terminou o ano de 2018 com 486 trabalhadores⁵, menos 3 que o verificado no ano transato (489 em 2017). Os gastos com o pessoal em 2018, corrigidos dos efeitos das indemnizações, da reposição do Acordo de Empresa e das valorizações remuneratórias, regista um ligeiro acréscimo de 0,5% decorrente da contratação de curto prazo.

Relativamente ao conjunto de gastos previstos na alínea b) do n.º 3 do artigo 145.º do DLEO 2018, apesar da diminuição dos gastos com a frota automóvel de 1 358 euros (-0,8%) em relação a 2017, na globalidade estes foram superiores em 8 410 euros (4,1%). A Empresa justifica este facto com a dispersão geográfica dos estabelecimentos, implicando várias deslocações.

No final de 2018, a frota automóvel da DOCAPESCA era composta por 38 viaturas menos 4 em relação a

⁵ Inclui órgãos sociais e dirigentes.



2017 (42 viaturas).

Quanto aos gastos previstos na alínea c) do antedito preceito, os mesmos ficaram 18 925 euros (14,2%) acima do verificado em 2017. A Empresa justifica esta situação com o facto de vários projetos de investimento não terem avançado, o que implicou o reconhecimento dos gastos incorridos no exercício.

Cumprimento do princípio da unidade de tesouraria do Estado

Através do ofício n.º SGC – 2018/9193, de 04 de junho de 2018, a Agência de Gestão da Tesouraria e da Dívida Pública – IGCP, E.P.E., informou a DOCAPESCA que foi proferido despacho de autorização parcial de exceção ao cumprimento da Unidade de Tesouraria do Estado, estando autorizada a recorrer à banca comercial, no entanto o valor das receitas geradas deve ser transferido semanalmente para as contas detidas na tesouraria do Estado.

No final de 2018, o total de disponibilidades ascendia a 8 244 milhares de euros, encontrando-se fora da tesouraria do Estado 1 018 milhares de euros (12,4%).

Auditorias conduzidas pelo Tribunal de Contas

De acordo com a informação constante do R&C, nos últimos três anos, a DOCAPESCA não foi objeto de qualquer auditoria por parte do Tribunal de Contas.

5. RELATÓRIO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

Em cumprimento do estabelecido no n.º 2 do artigo 54.º do RJSPE, o CF é de parecer que o Relatório do Governo Societário de 2018 da DOCAPESCA inclui informação atual e completa sobre todas as matérias reguladas no Capítulo II – Secção II do antedito diploma e que foi elaborado em conformidade com o modelo disponibilizado pela UTAM - Unidade Técnica de Acompanhamento e Monitorização do Setor Público Empresarial.

PARECER

Em face do que precede, e considerando a informação disponibilizada ao CF, no âmbito das suas competências, conclui-se que o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2018 reflete de forma apropriada a atividade da Sociedade durante o ano 2018 e a sua evolução económica e financeira em relação ao período homólogo.

Contudo, é de salientar o facto de não se encontrar integralmente cumprido o disposto no n.º 3 do artigo 145.º do Decreto-Lei n.º 33/2018, de 15 de maio, bem como a opinião com reservas constante da Certificação Legal das Contas, emitida pelo ROC em 22 de março de 2019, decorrentes da assunção pela DOCAPESCA das atribuições e competências do extinto IPTM, ao abrigo do Decreto-Lei n.º 16/2014, de 3 de fevereiro, relacionadas com o impacto da futura integração dos ativos provenientes do extinto IPTM e ainda não avaliados, dos saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais.

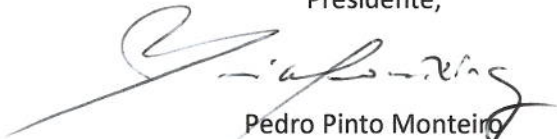
Em consequência do acima referido, o CF é de parecer favorável que a Assembleia Geral:

- Aprove o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2018, apresentado pelo Conselho de Administração da DOCAPESCA;

- Aprove a proposta de aplicação de resultados que faz parte integrante do Relatório de Gestão e as Contas;
- Proceda à apreciação geral da Administração e Fiscalização da Sociedade e dela retire as conclusões referidas no artigo 455.º do CSC.

Lisboa, 22 de março de 2019

Presidente,



Pedro Pinto Monteiro

Vogal,



André Bernardo Alves

Vogal,



Maria Gabriela Campos



LISTA DE ANEXOS

Anexo 1	Balanço em 31 de dezembro 2018
Anexo 2	Demonstração individual dos resultados por naturezas em 31 de dezembro 2018
Anexo 3	Demonstração dos fluxos de caixa em 31 de dezembro 2018
Anexo 4	Investimento em 31 de dezembro de 2018
Anexo 5	Informação estatística do pescado transacionado – janeiro a dezembro de 2018



ANEXO 1 – BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade: euros

Ativo	2018	2017	Δ 18/17	
			Valor	(%)
Ativos fixos tangíveis	18 438 426	17 801 742	636 683	3,6%
Ativos intangíveis	167 831	134 772	33 059	24,5%
Outros investimentos financeiros	21 260	12 052	9 208	76,4%
Ativos por impostos diferidos	717 028	957 302	-240 274	-25,1%
Ativo não corrente	19 344 546	18 905 868	438 677	2,3%
Inventários	188 693	199 780	-11 087	-5,5%
Clientes	3 880 490	3 136 822	743 668	23,7%
Estado e outros entes públicos	258	173	85	49,4%
Outras créditos a receber	6 292 768	5 705 715	587 054	10,3%
Diferimentos	279 390	310 802	-31 412	-10,1%
Caixa e depósitos bancários	8 291 191	5 101 283	3 189 908	62,5%
Ativo corrente	18 932 791	14 454 575	4 478 215	31,0%
Total do Ativo	38 277 336	33 360 444	4 916 893	14,7%
Capital Próprio e Passivo				
Capital realizado	8 528 400	8 528 400	0	0,0%
Reserva legal	100 621	100 621	0	0,0%
Resultados transitados	295 550	-1 238 334	1 533 883	123,9%
Outras variações no Capital Próprio	5 964 130	6 234 233	-270 104	-4,3%
Resultado líquido do período	1 564 214	1 533 883	30 331	2,0%
Total do capital próprio	16 452 914	15 158 803	1 294 110	8,5%
Provisões	1 952 935	1 823 230	129 705	7,1%
Responsabilidades por benefícios pós-emprego	3 186 791	3 521 877	-335 086	-9,5%
Outras dívidas a pagar	1 573 484	1 711 342	-137 858	-8,1%
Passivo não corrente	6 713 211	7 056 449	-343 239	-4,9%
Fornecedores	879 434	870 806	8 628	1,0%
Estado e outros entes públicos	2 019 890	1 536 450	483 440	31,5%
Outras dívidas a pagar	11 830 367	8 624 763	3 205 604	37,2%
Diferimentos	381 521	113 172	268 349	237,1%
Passivo corrente	15 111 212	11 145 191	3 966 021	35,6%
Total do passivo	21 824 422	18 201 640	3 622 782	19,9%
Total do capital próprio e do passivo	38 277 336	33 360 444	4 916 893	14,7%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.


ANEXO 2 – DEMONSTRAÇÃO INDIVIDUAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Rendimentos e Gastos	2018	2017	Unidade: euros	
			Δ 18/17	
			Valor	(%)
Vendas e serviços prestados	27 101 015	25 706 976	1 394 040	5,4%
Subsídios à exploração	24 771	191 726	-166 955	-87,1%
Variação nos inventários da produção	-248	-385	136	35,4%
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-724 439	-1 045 297	320 859	30,7%
Fornecimentos e serviços externos	-8 317 003	-8 570 101	253 098	3,0%
Gastos com o pessoal	-12 146 170	-11 461 846	-684 323	-6,0%
Imparidades de inventários (perdas/reversões)	11 601	-5 683	17 284	304,1%
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	-382 728	-170 114	-212 613	-125,0%
Provisões (aumentos/reduções)	266		266	n.a.
Outros rendimentos	2 406 735	2 346 016	60 719	2,6%
Outros gastos	-2 256 111	-1 386 785	-869 326	-62,7%
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	5 717 690	5 604 507	113 183	2,0%
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	-3 524 543	-3 624 591	100 049	2,8%
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	2 193 147	1 979 916	213 232	10,8%
Juros e rendimentos similares obtidos	17 656	4 039	13 618	337,2%
Juros e gastos similares suportados	-10 435	-9 434	-1 001	-10,6%
Resultado antes de impostos	2 200 369	1 974 521	225 848	11,4%
Imposto sobre o rendimento do período	-636 155	-440 637	-195 517	-44,4%
Resultado líquido do período	1 564 214	1 533 883	30 331	2,0%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.



ANEXO 3 – DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

	2018	2017	Unidade: euros	
			Δ 18/17	
			Valor	(%)
Recebimentos de clientes	33 443 555	30 913 193	2 530 362	8,2%
Pagamentos a fornecedores	-11 064 171	-11 722 341	658 170	5,6%
Pagamentos ao pessoal	-12 323 854	-11 552 419	-771 434	-6,7%
Caixa geradas pelas operações	10 055 530	7 638 432	2 417 098	31,6%
Pagamentos / recebimentos do imposto sobre o rendimento	-403 708	-81 669	-322 039	-394,3%
Outros recebimentos / pagamentos	-3 381 089	-3 638 742	257 652	7,1%
Fluxos de caixa das atividades operacionais	6 270 733	3 918 022	2 352 711	60,0%
Pagamentos respeitantes a:				
Ativos fixos tangíveis	-3 938 819	-3 806 435	-132 384	-3,5%
Ativos intangíveis	-1 968		-1 968	n.a.
Recebimentos provenientes de:				
Subsídios ao investimento	867 739	449 280	418 459	93,1%
Juros e rendimentos similares	1	2	-1	-29,1%
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-3 073 047	-3 357 153	284 107	8,5%
Pagamentos respeitantes a:				
Juros gastos similares	-7 778	-3 886	-3 892	-100,1%
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-7 778	-3 886	-3 892	-100,1%
Variações de caixa e seus equivalentes	3 189 908	556 982	2 632 926	472,7%
Caixa e seus equivalentes no início do período	5 101 283	4 544 301	556 982	12,3%
Caixa e seus equivalentes no fim do período	8 291 191	5 101 283	3 189 908	62,5%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.


ANEXO 4 – INVESTIMENTO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018

Unidade: euros

Local investimento (janeiro a dezembro de 2018)	Corrente		Taxa de execução	Específico		Taxa de execução	Total		Taxa de execução
	Executado	Previsto		Executado	Previsto		Executado	Previsto	
DLPP do Algarve	382 561	655 560	-41,6%	2 054 650	3 413 442	-39,8%	2 437 211	4 069 002	-40,1%
DLPP do Centro Norte	137 881	123 846	11,3%	360 620	433 304	-16,8%	498 501	557 150	-10,5%
DLPP do Norte e Matosinhos	98 803	235 810	-58,1%	263 746	315 955	-16,5%	362 550	551 765	-34,3%
DLPP Centro Sul	172 348	169 096	1,9%	175 495	758 974	-76,9%	347 843	928 070	-62,5%
DLPP do Centro	152 496	164 910	-7,5%	122 389	800 873	-84,7%	274 885	965 783	-71,5%
Sede	301 639	499 602	-39,6%	20 250	83 500	-75,7%	321 889	583 102	-44,8%
Total	1 245 727	1 848 824	-32,6%	2 997 151	5 806 048	-48,4%	4 242 878	7 654 872	-44,6%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

Unidade: euros

Investimento total (janeiro a dezembro de 2018)	Execução	Previsto	Taxa de execução	
			Valor	%
Específico	2 997 151	5 806 048	-2 808 898	-48,4%
Correntes	1 245 727	1 848 824	-603 097	-32,6%
Total	4 242 878	7 654 872	-3 411 995	-44,6%

Fonte: Documentos de prestação de contas da DOCAPESCA.

ANEXO 5 – INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA DO PESCADO TRANSACIONADO
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2018

Delegações e postos	jan - dez 2018			jan - dez 2017			Δ 18/17 (%)		
	Volume (10 ⁶ Kg)	Valor (10 ⁶ €)	Preço Médio (€/Kg)	Volume (10 ⁶ Kg)	Valor (10 ⁶ €)	Preço Médio (€/Kg)	Volume	Valor	Preço Médio
Norte	3	10	3,46	3	9	3,06	-4,0%	8,6%	13,1%
Matosinhos	20	27	1,39	16	23	1,43	20,1%	17,0%	-2,6%
Centro Norte	17	29	1,69	19	28	1,46	-9,0%	5,4%	15,9%
Centro	16	45	2,82	17	43	2,49	-7,6%	4,6%	13,3%
Centro Sul	32	47	1,47	28	46	1,65	14,0%	1,9%	-10,7%
Sul	12	46	3,87	12	45	3,78	-0,4%	2,0%	2,4%
TOTAL	100	206	2,06	96	196	2,04	4,2%	5,1%	0,9%

Fonte: Informação Estatística - dezembro de 2018.

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Docapesca - Portos e Lotas, SA (adiante também designada por Docapesca ou Empresa), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2018 (que evidencia um total de 38 277 336 euros e um total de capital próprio de 16 452 914 euros, incluindo um resultado líquido de 1 564 214 euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas na secção “Bases para a opinião com reservas”, as demonstrações financeiras apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Empresa em 31 de dezembro de 2018 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística.

Bases para a opinião com reservas

Com a publicação do Decreto-Lei nº 16/2014, de 3 de fevereiro, a DOCAPESCA assumiu as funções de autoridade portuária nos portos de pesca e marinas de recreio anteriormente sujeitos à jurisdição do Instituto Portuário e dos Transportes Marítimos, IP (IPTM), bem como todos os bens, direitos e obrigações afetos ao referido Instituto. Tal como referido na Nota 1.3 do Anexo, o processo de integração encontra-se ainda em curso, tendo em 2018 sido reconhecidos 288 023 euros referentes a clientes, 1 289 euros a equipamentos e 134 197 euros a responsabilidades com processos judiciais. Assim, as demonstrações financeiras da Empresa referentes ao exercício de 2018, conforme detalhado na Nota 28 do Anexo, refletem alguns saldos decorrentes desse processo, nomeadamente Outras variações no capital próprio no total de 452 460 euros (297 345 euros em 2017), fundamentalmente com integração de saldos de clientes e responsabilidades com processos judiciais. As contas refletem também provisões para processos judiciais transitados do IPTM no valor de 1 390 548 euros, dos quais 855 444 euros registados na conta de Outras variações no capital próprio. Os bens patrimoniais e dominiais, com exceção dos imóveis, das viaturas, das embarcações e dos equipamentos de

movimentação portuária, não foram ainda integrados por não se encontrarem ainda avaliados, pelo que não é possível concluir sobre os eventuais efeitos nas demonstrações financeiras resultantes dessa integração, bem como dos ajustamentos que possam vir a ser necessários efetuar relativamente aos saldos já reconhecidos. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

Na sequência das novas competências atribuídas e da negociação de alguns contratos de concessão celebrados com Administrações Portuárias, a Empresa assume a responsabilidade pela manutenção das infraestruturas móveis e imóveis, assumindo por isso encargos associados ao Imposto Municipal sobre Imóveis sobre as referidas infraestruturas. Uma vez que não é possível determinar nem o valor patrimonial tributário dos bens nem as possíveis isenções em sede de IML, a empresa não está em condições de determinar o potencial montante a pagar. Em exercícios anteriores e para bens registados antes da integração foi utilizado como base o valor de aquisição e constituída uma provisão, no montante de cerca de 348 375 euros, a qual não foi objeto de qualquer reforço ou reversão no corrente ano, conforme referido na nota 14 do Anexo. Dado que não dispomos de elementos que nos permitam aferir a razoabilidade de tal montante, e considerando que a estimativa efetuada pelos Serviços, para além de não ter sido atualizada em 2018, não tomou em consideração a totalidade das infraestruturas envolvidas, não nos foi possível desenvolver procedimentos alternativos suscetíveis de apurar o montante de responsabilidades que poderão estar envolvidas, bem como a suficiência, ou insuficiência, da provisão constituída. Esta situação configura uma limitação ao âmbito do nosso trabalho.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Empresa nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Outras Matérias

As demonstrações financeiras referentes ao ano findo em 31 de dezembro de 2017, apresentadas para efeitos de comparativos, foram examinadas pelo anterior Revisor Oficial de Contas (Fiscal Único), que emitiu, em 12 de março de 2018, uma opinião com reservas idênticas às que são expressas na presente Certificação Legal de Contas. As contas de 2017 foram também sujeitas auditoria contratual voluntária por

outro Revisor Oficial de Contas que emitiu em 12 de março de 2018 uma opinião com reservas idênticas às que são expressas na presente Certificação Legal de Contas. A nossa designação estatutária como Revisor Oficial de Contas ocorreu a 10 de dezembro de 2018.

Responsabilidades do órgão de gestão e de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela: (i) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Empresa de acordo com as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro adotadas em Portugal através do Sistema de Normalização Contabilística; (ii) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório do governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis; (iii) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro; (iv) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e (v) avaliação da capacidade da Empresa de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Empresa.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- (i) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base

para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;

- (ii) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa;
- (iii) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- (iv) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Empresa para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Empresa descontinue as suas atividades;
- (v) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- (vi) comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, al. e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com

os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Empresa, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Em nossa opinião, o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Empresa e foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Lisboa, 22 de março de 2019

A handwritten signature in blue ink, reading 'Pedro Aleixo Dias'.

Pedro Aleixo Dias, em representação de
BDO & Associados, SROC, Lda.